



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

02/09/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Governo quer salário de R\$ 1.039 em 2020

O salário mínimo proposto pelo governo federal para o ano que vem é de R\$ 1.039. O valor consta no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2020, que foi enviado nesta sexta-feira (30) para análise do Congresso Nacional, juntamente com o texto do projeto de lei que institui o Plano Plurianual (PPA) da União para o período de 2020 a 2023. Até 2018, a política de reajuste do salário mínimo, aprovada em lei, previa uma correção pela inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB). Esse modelo vigorou entre 2011 e 2019. Porém, nem sempre houve aumento real nesse período porque o PIB do país, em 2015 e 2016, registrou retração, com queda de 7% no acumulado desses dois anos. O valor previsto agora está abaixo da última projeção, anunciada em abril, que indicou um salário mínimo de R\$ 1.040. A revisão para baixo está relacionada à correção do valor do salário mínimo de 2020 ser corrigido pela inflação desse ano, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que registrou queda nos últimos meses. Cada aumento de R\$ 1 no mínimo terá impacto de cerca de R\$ 298,2 milhões no Orçamento de 2020. A maior parte desse efeito vem dos benefícios da Previdência Social de um salário mínimo. Com isso, o salário mínimo de 2019 ultrapassará a faixa R\$ 1 mil pela primeira vez na história.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 02/09/2019

Governo quer mudar regras sindicais

O governo Jair Bolsonaro criou um grupo de trabalho com ministros, desembargadores e juízes para propor nova rodada de mudanças nas leis trabalhistas. A iniciativa é da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. O órgão integra o Ministério da Economia, de Paulo Guedes. O objetivo é que membros do Judiciário auxiliem nos estudos de medidas na área de direito do trabalho e segurança jurídica, para que a proposta final tenha o menor volume possível de brechas para questionamentos legais. O governo já fez propostas para alterar normas de segurança e saúde no trabalho e promover uma desburocratização. Também busca ampliar mudanças na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que passou por revisão durante o governo Michel Temer (MDB). A reforma trabalhista de Temer está em vigor desde novembro de 2017. De lá para cá, não conseguiu ampliar a oferta de novas vagas, como prometeram alguns de seus defensores, mas reduziu de forma drástica a judicialização na área e desafogou a Justiça do Trabalho. O número de processos trabalhistas à espera de julgamento em primeira instância, por exemplo, recuou em junho a menos de 1 milhão pela primeira vez em 12 anos.

Em agosto, o Congresso aprovou a MP (medida provisória) da Liberdade Econômica, que chegou a ser chamada de minirreforma trabalhista e foi um início na revisão de regras. Vários pontos, no entanto, acabaram sendo retirados da proposta por serem considerados alvos certos de questionamentos na Justiça. Agora, o recém-criado Gaet (Grupo de Altos Estudos do Trabalho), segundo ofício do secretário Rogério Marinho, tratará da “modernização das relações trabalhistas”. As atribuições do órgão constam de documento encaminhado ao presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), ministro Dias Toffoli. O ofício é de 22 de julho. Nele, Marinho pede a autorização para a participação de oito magistrados em um grupo temático. No ofício, o secretário afirma também que o grupo terá a missão de “avaliar o mercado de trabalho brasileiro sob a ótica da melhoria da competitividade da economia, da desburocratização e da simplificação de normativos e processos [regras e leis]”. A intenção é finalizar a reforma de Temer. As mudanças ficaram inclusas em pontos polêmicos, como as regras para a definição de indenização por danos morais. Temer, após a aprovação da reforma trabalhista, encaminhou MP para fazer ajustes na CLT, mas o texto caducou. Além de amarrar regras que ainda estão pendentes na avaliação de especialistas, o grupo apresentará novas propostas. Uma delas tratará do fim da unicidade sindical. Hoje, a lei permite apenas uma entidade por base territorial -por município, uma região, estado ou país.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 02/09/2019

Mais de 31% das vagas são intermitentes

O comércio varejista tem contratado mais trabalhadores em todas as regiões do país, mas 31,6% das vagas geradas são de trabalho intermitente, forma de contratação legalizada pela reforma Trabalhista do ex-presidente Michel Temer (MDB), revela o 21º Caderno de Negociação do Dieese. Além de mais contratações precárias, o ritmo lento da economia mostra que o salário médio tem evoluído pouco nos últimos anos e que mais de 58% das greves nas empresas privadas foram deflagradas contra o atraso no pagamento de salários, inclusive o 13º, e férias. No funcionalismo, 60% das greves mencionam o reajuste dos salários e dos pisos, além da implantação do Plano de Cargos e Salários.

GERAÇÃO DE EMPREGO.

De acordo com o Caderno de Negociação do Dieese, no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em junho de 2019, foram criados 49.503 postos de trabalho, contra 21.553 em 2018. Do total de vagas abertas no comércio varejista este ano, 15.655 (31,6%) foram de contratos de trabalho intermitente. No Sudeste, o saldo entre admitidos e desligados, nos 12 meses encerrados em junho de 2019, foi de 21.584, e no Sul, ficou em 13.539, os maiores resultados.

SALÁRIO MÉDIO.

O levantamento do Dieese mostra ainda que o salário médio tem evoluindo pouco nessas regiões nos últimos anos. Em junho deste ano, o salário no Sudeste era de R\$1.462, o maior entre as regiões. Em valores deflacionados, no entanto, a variação foi muito pequena em relação a junho de 2018 (R\$1.456). Esses valores referem-se à média dos salários dos admitidos e dos desligados.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 30/08/2019

Taxa de desemprego recua para 11,8%

A taxa de desemprego no País recuou para 11,8% no trimestre encerrado em julho, com o aumento no número de pessoas atuando na informalidade, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sexta-feira (30). O total de trabalhadores informais alcançou o patamar recorde de 38,683 milhões, o equivalente a mais de 40% da população ocupada. São os empregados do setor privado e os trabalhadores domésticos que atuam sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria, empregadores sem CNPJ e aqueles que trabalham ajudando parentes. “O desemprego está caindo, mas o que está acontecendo? Tem uma transferência para a subutilização, tem um aumento na subocupação”, disse Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE. De acordo com os dados da instituição, ainda falta trabalho no País para 28,106 milhões de pessoas. Esse número inclui os desempregados, os subocupados (aqueles que trabalham menos do que gostariam) e os desalentados (as pessoas que pararam de procurar emprego simplesmente por não acreditarem que vão encontrar)

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 31/08/2019

PIB do Brasil cresce 0,4% no 2º trimestre

A economia brasileira melhorou no segundo trimestre de 2019, puxada pelos resultados da indústria e dos serviços, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ontem (29). O PIB (Produto Interno Bruto) avançou 0,4% no período em relação aos três meses imediatamente anteriores. Na comparação com o segundo trimestre de 2018, a alta foi de 1%. Em ambas as comparações o resultado veio acima do esperado por analistas ouvidos pela agência Bloomberg (0,2% e 0,8%, respectivamente). O acumulado dos últimos 12 meses encerrados em junho mostra crescimento de 1%. O PIB é uma medida da produção de bens e serviços em um país em um determinado período e sua evolução é utilizada para avaliar o desempenho econômico. Também foi revisado o desempenho da economia no primeiro trimestre, de queda de 0,2% para retração de 0,1%, na mesma comparação. A melhora em relação ao início do ano foi puxada pelo crescimento de 0,7% da indústria e de 0,3% dos serviços. Ainda pela ótima da oferta, a agropecuária recuou 0,4%.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 30/08/2019